

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SERVIÇO SOCIAL - ATENÇÃO HOSPITALAR

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Serviço Social	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação.”

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta** devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SERVIÇO SOCIAL - ATENÇÃO PRIMÁRIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Serviço Social	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação.”

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.**
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS

01. Conforme a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 em seu Art. 196, "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas ____". Essa frase fica **CORRETA** ao se preencher a lacuna com:
- (A) que garantam o acesso às ações e serviços de saúde às parcelas mais pobres da população
 - (B) que garantam o acesso parcial, mas igualitário a algumas ações e serviços de saúde
 - (C) sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos
 - (D) sociais e econômicas que visem à transferência de renda aos mais pobres
02. Entre os princípios e diretrizes do SUS, conforme Art. 7º da Lei nº 8.080/1990, pode-se citar a:
- (A) universalidade de acesso aos serviços, exceto no nível da recuperação da saúde
 - (B) divisão em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento
 - (C) igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios
 - (D) ênfase na centralização dos serviços para os Estados
03. Conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos. De acordo com o Art. 6º da Lei nº 8.080/1990, este conceito no SUS define a:
- (A) vigilância epidemiológica
 - (B) saúde do trabalhador
 - (C) vigilância sanitária
 - (D) gestão financeira
04. É competência do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme o Art. 200 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988:
- (A) fiscalizar o exercício profissional na área da saúde, exceto para medicina e enfermagem
 - (B) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico
 - (C) realizar toda a formação de recursos humanos na área da saúde no nível técnico
 - (D) delegar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica à iniciativa privada
05. Após ser atendido em uma unidade básica de saúde, o usuário, diante de suas queixas de dor no peito e dos resultados de seus exames, recebe encaminhamento para consulta com um cardiologista em uma unidade de saúde especializada. O quadro descrito pode exemplificar na prática o seguinte princípio do SUS, conforme Art. 7º da Lei nº 8.080/1990:
- (A) descentralização político-administrativa
 - (B) participação da comunidade
 - (C) preservação da autonomia
 - (D) integralidade da assistência
06. Considerando a participação da iniciativa privada no SUS, conforme Art. 199 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) as instituições privadas poderão participar das ações de promoção da saúde no SUS, sendo vedada a sua atuação nas ações de recuperação da saúde
 - (B) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, de forma complementar ao SUS, com preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos
 - (C) a destinação de recursos públicos é livre a todas as instituições privadas, sendo também livre a participação delas na assistência à saúde no país
 - (D) as instituições privadas não poderão participar do SUS, exceto no caso de internação ou calamidade pública, mediante autorização governamental
07. A partir do exposto na Lei nº 8.080/1990 é **CORRETO** afirmar que:
- (A) quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá recorrer aos serviços ofertados por instituições religiosas
 - (B) os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos gestores em cada esfera de governo
 - (C) a direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, sendo exercida pelo Ministério da Saúde, que executa as políticas públicas da área da saúde e as ações de assistência, após aprovação do Congresso Nacional
 - (D) saúde do trabalhador é um conjunto de atividades que se destina à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho
08. A participação da comunidade na gestão do SUS é regulada pela Lei nº 8.142/1990. Entre outras coisas, esta Lei define em seu Art. 1º, duas instâncias colegiadas em cada esfera de governo, que são:
- (A) o Conselho de Saúde e a Conferência de Saúde
 - (B) a Conferência de Saúde e o Ministério da Saúde
 - (C) o Conselho de Saúde e o Fundo Nacional de Saúde
 - (D) a Conferência de Saúde e o Fundo Nacional de Saúde
09. A Lei nº 8.080/1990 define a saúde como um direito fundamental do ser humano. Sobre este direito, de acordo com os Art. 2º e 3º desta lei, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) as ações de promoção e proteção da saúde devem ser garantidas a todos e as ações de recuperação aos mais pobres
 - (B) são determinantes e condicionantes da saúde, entre outros, a renda, o meio ambiente e o acesso aos bens supérfluos
 - (C) o dever do Estado de prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde exclui o dever da sociedade
 - (D) o dever do Estado inclui assegurar condições de acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde

10. Reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde. O evento descrito representa uma das formas de participação popular na gestão do SUS prevista na Lei nº 8.142/1990. De acordo com o art. 1º desta lei, trata-se:
- (A) do Sistema Nacional de Saúde
 - (B) da Conferência de Saúde
 - (C) da Secretaria de Saúde
 - (D) do Conselho de Saúde

SERVIÇO SOCIAL

11. De acordo com BRAVO E MENEZES, em *"Democracia, participação e controle social: as lutas em defesa da saúde"* (2022), a existência dos Conselhos, no Brasil, não é recente. Desde o início do século XX, foram observadas diversas iniciativas de luta de movimentos populares organizados. As autoras apontam três tipos de Conselhos, nesse período, no cenário nacional, sendo, um deles o Conselho Comunitário, que tem por objetivo:
- (A) garantir a participação da comunidade no controle social
 - (B) controlar as relações entre a comunidade e suas lideranças instituídas
 - (C) fiscalizar, controlar e decidir sobre as decisões referentes às políticas públicas
 - (D) mediar as relações entre os movimentos e organizações populares e o governo
12. "Recria tua vida sempre, sempre. Remove pedra e planta roseiras e faz doces. Recomeça", Cora Coralina. GUERRA, em *"A instrumentalidade no trabalho do assistente social"* (2007), reflete sobre um olhar mais ampliado sobre a instrumentalidade, discorrendo detalhadamente sobre o conceito e suas implicações. Segundo a autora, a instrumentalidade seria:
- (A) o uso daqueles instrumentos necessários ao agir profissional
 - (B) uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão
 - (C) o conjunto de instrumentos e técnicas utilizados no cotidiano profissional
 - (D) os instrumentos e ferramentas utilizados pelo assistente social para o enfrentamento da questão social
13. O assistente social, ao longo dos anos, aparece como um profissional que lida diretamente com a questão social. A vasta bibliografia sobre o tema aponta que a questão social surgiu no século XIX, na Europa. De acordo com IAMAMOTO, em *"O Serviço Social em tempos de mundialização do capital"* (2019), a questão social:
- (A) é fruto da insatisfação da população com o atual governo neoliberal, causando a estagnação da produção
 - (B) é a conexão entre trabalhador e patrão na busca por uma sociedade mais igualitária e que não concentre esforços na luta de classes
 - (C) é a ausência da luta de classes e a busca por uma sociedade que visa o trabalho assalariado e igualitário, que propicie bem-estar à população
 - (D) é inerente à sociedade de classes e seus antagonismos, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas

14. Muitas são as questões que se colocam ao Serviço Social no seu cotidiano profissional. IAMAMOTO (2019) reitera a necessidade de perceber e qualificar a dupla dimensão do trabalho profissional. De acordo com a autora, quais seriam essas dimensões:
- (A) educativa e de prestação de serviços sociais de qualidade
 - (B) individualizada e fragmentada em relação ao acesso
 - (C) produtiva e qualitativa frente a demanda
 - (D) subalternizada e de aprendizado regular
15. Ao suprimir direitos, desmontar políticas públicas e moralizar conquistas libertárias, civis e sociais, ampliaram-se as desigualdades e as discriminações de todo tipo. Segundo Motta *et al*, em *"Crescimento das desigualdades e guerra cultural: desafios atuais"* (2022), os rebatimentos imediatos de tal contexto são:
- (A) o aumento das políticas de transferência de renda, de gênero, e a diminuição das restrições do acesso de bens e serviços
 - (B) a diminuição das desigualdades sociais, de renda, de raça/cor, e o acesso facilitado a bens e serviços públicos
 - (C) o aumento da desigualdade de renda, de gênero, racial, e as restrições ao acesso de bens e serviços públicos
 - (D) o aumento da desigualdade de renda, do poder contratual, e o acesso facilitado a bens e serviços públicos
16. SILVA *et al*, em *"Auxílio emergencial e trabalho do Serviço Social no contexto da Covid-19"* (2021), cita: "A pandemia da Covid-19 e a criação do Auxílio Emergencial no país impactou também o trabalho dos assistentes sociais, uma vez que a população que recebe o auxílio também demanda a inclusão em outros programas, projetos, serviços e benefícios voltados à proteção social."
- Marque a alternativa que retrata a população usuária dessa política, apresentada pelas autoras:
- (A) pessoas com deficiências, idosos, imigrantes sem registro
 - (B) mulheres, crianças até 6 anos de idade, adolescentes
 - (C) crianças, adolescentes, migrantes registrados
 - (D) idosos curatelados, trabalhadores em geral
17. VASCONCELOS, em *"Serviço social e práticas democráticas na saúde"* (2022), identifica que os assistentes sociais devem apresentar um perfil profissional que vise:
- (A) à apreensão crítica dos processos sociais, numa perspectiva de totalidade
 - (B) apenas ao atendimento das demandas emergenciais, devido às necessidades crescentes da população
 - (C) realizar encaminhamentos externos e internos, sem a necessidade de levantar um perfil e dados sobre a realidade atendida
 - (D) atender às solicitações das chefias dos serviços, estando sempre pronto a apoiar nas marcações de consultas, e realizar atendimentos individuais e encaminhamentos diversos

18. VASCONCELOS (2022) levanta a importância do planejamento para o Serviço Social na saúde, e destaca como requisitos:
- (A) a utilização de ferramentas que colaborem para o atendimento às necessidades da questão social
 - (B) a realização de encaminhamentos que garantam o acesso aos direitos da população atendida
 - (C) a realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre a questão social
 - (D) a realização de entrevistas individuais, atendimentos individuais e em grupo
19. De acordo com WANDERLEY *et. al* (2022), sobre a intersetorialidade, podemos afirmar que:
- (A) é uma iniciativa individual de profissionais e equipes
 - (B) não requer decisões institucionais e políticas dos diversos níveis de atenção em saúde
 - (C) é uma concepção de gestão que não contribui para a qualidade de vida da população
 - (D) é uma estratégia de gestão, que contribuiu na melhora das condições de vida da população, na otimização e utilização dos recursos financeiros, materiais e humanos, e nos ganhos de escala e resultados
20. De acordo com o art. 2º da Resolução CFESS nº 533/2008, o que se refere à supervisão direta de estágio em Serviço Social, é:
- (A) facultado a qualquer profissional de outras categorias que faça parte da equipe
 - (B) atividade realizada apenas pelo supervisor acadêmico
 - (C) atividade privativa do assistente social
 - (D) atividade realizada pelo profissional que esteja no plantão independentemente da categoria
21. O art. 16 do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, assegura:
- (A) o direito a acompanhante a todos idosos
 - (B) o direito a acompanhante a idosos acima de 70 anos
 - (C) o direito a acompanhante, caso o idoso seja curatelado
 - (D) o direito a acompanhante, caso o plantonista do hospital autorize
22. O processo de habilitação e de reabilitação, descrito no art. 14 da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é um direito da pessoa com deficiência. Esse processo tem como objetivos o desenvolvimento:
- (A) de escolaridade, fala, habilidades
 - (B) de talentos, habilidades, potencialidades
 - (C) de aprendizado, fala e habilidades
 - (D) de habilidades, fala e talentos
23. Um dos grandes avanços da reforma psiquiátrica no Brasil foi a criação da Lei nº 10.216/2001. No art. 2º, são descritos os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, a saber:
- (A) ter as informações prestadas divulgadas a todos os membros da equipe do cuidado
 - (B) ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades
 - (C) receber apenas as informações estritamente necessárias sobre o seu tratamento
 - (D) ser tratado preferencialmente em hospitais e CERs
24. Como atribuição privativa, o assistente social desenvolve assessoria na matéria Serviço Social, que só pode ser prestada por um profissional graduado na área. De acordo com *Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na saúde* (2010), as principais ações a serem realizadas neste âmbito são:
- (A) fortalecer o controle democrático, por meio da assessoria aos Conselhos de Saúde, em todos os níveis
 - (B) criar campos de estágio junto às demais profissões, e supervisionar os estagiários de Serviço Social e demais estagiários da unidade
 - (C) formular estratégias individuais para a política de saúde da instituição, bem como para outras esferas, por meio da participação em seminários e outros eventos
 - (D) apoiar programas de residência, realizando palestras e formando grupos, de forma a contribuir para a qualificação profissional da equipe de saúde e dos assistentes sociais
25. De acordo com "*Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na saúde*" (2010), considera-se importante a inserção dos assistentes sociais nos espaços de gestão e planejamento e a realização de investigação, com vistas às seguintes ações:
- (A) elaborar o perfil e as demandas da gestão da Unidade por meio de entrevistas com os gestores
 - (B) elaborar planos e projetos de ação profissional para o Serviço Social, com a participação dos Assistentes Sociais da equipe
 - (C) fornecer informações aos gestores, como contribuição aos estudos e às investigações com relação aos determinantes sociais da saúde
 - (D) convidar os usuários a fornecerem dados que sejam relativos ao perfil epidemiológico e às condições sanitárias nos níveis local, regional e estadual
26. WANDERLEY *et. al* (2022), descreve que, sobre intersetorialidade, diversos textos apontam para:
- (A) a ausência de transversalidade nas políticas
 - (B) um modelo individualizado, que não envolve a sociedade civil
 - (C) políticas públicas abrangentes, que garantam o acesso e o direito da população
 - (D) a valorização da necessária articulação das ações de cunho intersetorial

27. O cuidado pressupõe uma relação complexa entre profissionais, família, público e contexto institucional, em condições diversas e mesmo adversas na dinâmica do poder. Segundo FALEIROS, em *Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica* (2013), nas relações institucionalizadas de atendimento, é necessário considerar, inclusive, a violência do poder exercida pelos próprios serviços, por ação ou omissão. Essa dinâmica de violência compreende:
- a ausência de políticas públicas estruturais, que interfere na autonomia dos sujeitos de direitos
 - exclusivamente a violência institucional produzida pelos agentes do Estado. A violência institucional configura uma "relação de poder que infringe direitos reconhecidos e garantias civilizatórias"
 - a falta de acesso, a má qualidade da infraestrutura e da prestação dos serviços, abrangendo abusos cometidos em virtude das relações desiguais de poder entre profissionais e usuários dentro das instituições, tais como desrespeito, infantilização, sonegação da informação, falta de escuta e negação da autonomia
 - a alienação parental, o preconceito da adoção por pessoas homoafetivas e a violência de gênero contra mulheres, crianças e população idosa
28. Sobre a relevância do Serviço Social na saúde, em tempos de Covid-19, MATOS, em *A pandemia do coronavírus (Covid-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde* (2020), afirma que:
- a pandemia impôs aos serviços de saúde reestruturações: suspensão de cirurgias eletivas nos ambulatórios especializados e hospitais; "transformação" de leitos direcionados para os agravos decorrentes da Covid-19; e manutenção de consultas ambulatoriais de rotina
 - uma situação de pandemia certamente convoca os assistentes sociais a atuarem nesse contexto; no entanto, devem agir limitando-se ao campo de suas competências profissionais e de suas atribuições privativas
 - houve a retomada do fatalismo e do messianismo, em tempos controversos de crise e obscurantismo
 - o medo de contaminação foi justificado para afastar o profissional de serviço social do trabalho
29. Com base no texto *A construção do projeto ético-político do serviço social*, de NETTO (2009), os projetos profissionais:
- apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos, prescrevem normas para os comportamentos dos profissionais
 - corroboram com o conservadorismo da profissão, do início dos anos 1930, mesma época em que a profissão foi instituída
 - inscrevem-se no marco dos projetos individuais aqueles relacionados às escolhas subjetivas
 - remontam à transição entre os anos de 1930 e 1950 do século passado
30. Ainda de acordo com NETTO (2006), no que se refere ao Projeto Ético Político do Serviço Social, podemos afirmar que:
- o debate em torno do tema é antigo, datado dos anos de 1930
 - o debate é iniciado a partir dos anos de 1940, com a reatualização do conservadorismo
 - é no processo de recusa e crítica ao conservadorismo que se encontram as suas raízes
 - representa um documento inócua para o Serviço Social
31. SOUZA E PASSOS, em *Por uma formação antirracista: contribuições fanonianas para o Serviço Social* (2021), destacam que, no final dos anos 1990 começa a ser forjada a virada do Serviço Social, como tendo uma categoria de profissionais antirracistas, e esse movimento se deve à:
- luta travada majoritariamente por profissionais negras nos diferentes espaços de ocupação profissional, para a concretização de estratégias e projetos de formação profissional antirracista
 - inserção de profissionais na pesquisa e docência, permitindo a produção científica, contribuindo para a visibilidade da questão
 - luta majoritariamente das profissionais negras, que atuam na execução das políticas públicas
 - mobilização comunitária, retomando o processo de conscientização de classe, raça e gênero
32. Em *Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de Covid-19* (2022), SOUZA e FARIAS apontam que, diante do isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19, as famílias passaram a conviver mais tempo no ambiente doméstico, e em situação de insegurança e tensão, em termos econômicos, de saúde e relacionais, reverberando no aumento da violência doméstica. Esse quadro complexo exige medidas para o seu enfrentamento, tais como:
- a oferta de ações de acolhimento às vítimas de violência, por meio do aumento de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)
 - a oferta de centrais telefônicas, sites de divulgação e canais midiáticos, como importantes ferramentas para auxiliar no combate à violência doméstica, se restringindo ao registro de denúncias
 - a compreensão das causas, consequências e modos de enfrentamento da violência, como um mero fenômeno social, não sendo classificada como um problema de saúde pública e de prioridade da segurança pública
 - a perscrutação das causas, consequências e modo de enfrentamento, problematizando a violência, não apenas como um fenômeno conjuntural, mas também como uma expressão da questão social, que envolve a saúde pública como responsabilidade do Estado na garantia de direito à integridade física e psicológica das mulheres em situação de violência

33. YASBEK, em *Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade* (2009), destaca que, apesar dos consideráveis avanços na proteção social, garantidos na Constituição Federal de 1988, e expressos, por exemplo na LOAS, os assistentes sociais que estão implementando o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) enfrentam inúmeros desafios, tais como:
- (A) a substituição de postos de trabalho por programas de transferência de renda; no passado, Bolsa Família, hoje, Auxílio Brasil, em função da precarização da vida e do aumento do desemprego
 - (B) a reafirmação da Assistência Social como política pública da Seguridade Social, a consolidação e a democratização dos Conselhos e dos mecanismos de participação e controle social
 - (C) o retrocesso da Assistência Social como caridade e filantropia, em tempos de precarização da vida, e a educação, saúde e previdência compoem o tripé da Seguridade Social
 - (D) a consolidação do neoliberalismo e do fascismo, e o recrudescimento das questões sociais, expressas sobretudo nas desigualdades e violências
34. De acordo com o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, é previsto em seu capítulo V, art. 18, o sigilo profissional como direito do assistente social e a proteção ao usuário quanto ao teor revelado em decorrência do exercício das funções profissionais. Permite-se a quebra do sigilo apenas:
- (A) diante de solicitação expressa dos familiares do usuário
 - (B) perante situações cuja gravidade possa prejudicar os interesses da coletividade
 - (C) diante de solicitação dos responsáveis pela preservação dos interesses institucionais
 - (D) em situações em que a revelação de detalhes se faça necessária para dirimir conflitos
35. Constituem infrações disciplinares para o profissional de Serviço Social:
- (A) deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado
 - (B) assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação
 - (C) adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento
 - (D) assumir responsabilidade por atividades para as quais não esteja capacitado pessoal e tecnicamente
36. Conforme indica a Lei nº 11.340/2006, que dispõe sobre a mulher em situação de violência doméstica e familiar, podemos afirmar que:
- (A) o juiz assegurará o afastamento do local de trabalho por tempo indeterminado, para preservar a integridade física e psicológica da vítima
 - (B) o juiz assegurará o afastamento do local de trabalho por até 12 meses, quando a situação for grave, para preservar a integridade física e psicológica da vítima
 - (C) a assistência será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção
 - (D) a assistência será prestada conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde em parceria com o Sistema Único de Segurança Pública
37. Uma criança de 2 anos de idade foi atendida em um serviço de urgência, com quadro de infecção urinária e lacerações anais, suspeitando-se de violência sexual. O pediatra acionou o Serviço Social, na expectativa de obrigar o referido profissional a denunciar o caso à autoridade policial de plantão na unidade hospitalar. Nesse caso, a orientação esperada pelo profissional de Serviço Social, de acordo com seu Código de Ética Profissional e o Estatuto da Criança e do Adolescente é:
- (A) orientar o médico a proceder no preenchimento da ficha de notificação do Sinan, e por se tratar de uma criança com suspeita de violência, uma comunicação deve ser feita ao Conselho Tutelar, em acompanhamento com a equipe multiprofissional
 - (B) negar-se a preencher a ficha de notificação, alegando que não poderia preenchê-la por não ter tido contato com a responsável da criança
 - (C) atender imediatamente à ordem do médico pediatra, assim como proceder no preenchimento da ficha de notificação do Sinan
 - (D) negar o atendimento por não se sentir preparado na condução dos casos de abuso sexual
38. De acordo com a Lei nº 8.069/1990, são atribuições do Conselho Tutelar:
- (A) conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais
 - (B) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança
 - (C) atender as crianças e os adolescentes em casos de violência sexual, excepcionalmente, em função da sua gravidade
 - (D) designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, em que haja interesses da criança ou do adolescente

Estágio Não Obrigatório a Estudantes Universitários

39. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, tem previsão de penalidades pela omissão, podendo ser aplicada:
- (A) suspensão do exercício profissional, em caso de agravamento da vítima
 - (B) multa de 3 a 15 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência
 - (C) multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência
 - (D) suspensão do exercício profissional, em caso de agravamento da vítima e multa de 10 salários de referência
40. Segundo os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, as competências específicas dos assistentes sociais, no âmbito da referida política, abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis, caracterizadas por:
- (A) uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal
 - (B) uma dimensão que engloba as abordagens individuais ou grupais, na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e de acesso aos direitos sociais. Essa dimensão deve se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias
 - (C) uma dimensão, que considere a contextualização histórica da caridade e filantropia no marco da política de assistência social no Brasil
 - (D) uma dimensão subjetiva-interpretativa, que leve em consideração as necessidades singulares dos sujeitos de direito